EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA DA SILVA: ProUni, REUNI E INTERIORIZAÇÃO DAS IFES

Autora: Aline Soares Nomeriano[i]
Coautora: Severina Mártyr Lessa de Moura[ii]
Coautora: Sandra Regina Davanço[iii]

EIXO TEMÁTICO: Ensino Superior no Brasil.

RESUMO

O presente artigo trata-se de um texto originado de nosso projeto de tese, com discussões ainda preliminares. Neste trabalho, apresentamos algumas considerações iniciais acerca da expansão do ensino superior no governo Lula. Dessa forma, começamos por analisar as orientações do Banco Mundial para a educação superior nos países capitalistas periféricos, assim como a contrarreforma universitária ensejada no referido governo. Na sequência, abordamos as atuais políticas de "democratização" do acesso ao ensino superior, via ProUni e REUNI e, por fim, concluímos com a apresentação de alguns dados acerca do processo de interiorização das IFES no país. A presente investigação foi ancorada em pesquisa bibliográfica e documental, referenciada nos estudos de cunho marxista de alguns autores que vêm investigando o tema em questão, entre eles: Leher (1998), Chaves (2010) e Silva Júnior et al (2010).

Palavras-chave: Expansão. Ensino Superior. Governo Lula.

EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN GOVERNMENT LULA DA SILVA: ProUni, REUNI AND INTERIORIZAÇÃO OF THE IFES

SUMMARY

The present article it is a text originated from our thesis project, with discussions still preliminary. In this paper, we present some initial considerations about the expansion of higher education in the Lula government. Of that form, we begin by analyzing the World Bank guidelines for higher education in peripheral capitalist countries, as well as against reform university it offered in that government. Following, we discuss the current policy of "democratization" of access to higher education, through ProUni and REUNI and, finally, conclude with the presentation of some data about the process

interiorização of the IFES university in the country. The present investigation was anchored in documentary and bibliographical research, referenced in the study of Marxist slant of some authors who have investigated the subject in question, between them: Leher (1998), Chaves (2010) and Silva Júnior et al (2010).

Keywords: Expansion. Higher Education. Lula's Government.

INTRODUÇÃO

No quadro das significativas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, se enquadra o movimento de reforma educacional realizada por várias nações do globo; e como bem destaca Leher (1998), “[...] não é possível compreender o sentido e o significado das atuais reformas sem considerar a sua matriz conceitual, formulada no âmbito do Banco Mundial” (p. 30).

Diante do grande crescimento da pobreza extrema, especialmente, nos países da periferia do capitalismo, os organismos internacionais, por meio do “*slogan*” da UNESCO, “Educar para superar a pobreza”, acreditam que o problema da pobreza é uma questão que deve ser combatida com políticas educacionais. Assim, o papel da educação na amenização da pobreza é formulado em propostas políticas por parte desses órgãos internacionais, representados principalmente pelo Banco Mundial.

As consequências da referida política mundial no Brasil, se apresentam por meio das políticas educacionais promovidas pelos governos brasileiros a partir da década de 90. No entanto, faremos um recorte apenas no que concerne à educação superior, por estar no centro do nosso debate aqui.

A partir dos anos 1990, a política educacional implementada pelo Banco Mundial aos países periféricos está diretamente ligada à expansão do ensino privado e à privatização do ensino público, especialmente, no que concerne ao ensino superior. Assim, é um setor que passa a ser concebido como um serviço que pode ser vendido, e não mais como um direito.

Com o avanço do neoliberalismo e seu processo de privatização dos vários setores sociais, o ensino superior é visto como um grande setor aos interesses privados do capital (tanto nacional quanto internacional). A justificativa utilizada pelo Banco segue no sentido de que a crise neste setor da educação em países periféricos (e o Brasil é um excelente exemplo) é devida ao mau gerenciamento dos recursos públicos, onde os gastos com assistência estudantil são altíssimos.

Segundo o Banco Mundial, a assistência estudantil não pode ser considerada como atividade relacionada à educação. Dessa forma, verbas públicas não devem ser alocadas para

despesas com residências e restaurantes universitários, por exemplo. Além disso, outra justificativa se insere na concepção de que a universidade pública serve aos "ricos" enquanto que os "pobres" precisam pagar pela sua formação nas instituições privadas (QUEIROZ, 2011).

Ainda conforme o Banco Mundial, o Ensino Superior nos países da periferia do capitalismo não atende às necessidades do *mercado de trabalho possível*, ou seja, um mercado de trabalho onde a grande maioria dos trabalhadores não precisa de alta qualificação, havendo poucas empresas com tecnologia "de ponta". Por esse motivo, nesse "lado" do sistema capitalista, não é visto como uma necessidade, a "Universidade de ponta" (esta já existe nos países desenvolvidos).

Quer dizer, a Universidade que possua grandes centros de pesquisa, especialmente, no que concerne ao desenvolvimento de tecnologia avançada, quando muito, deve existir em pouquíssimos núcleos, a exemplo do Brasil, como afirma Leher:

> Apesar de a lógica do processo indicar que a produção de conhecimento novo deva se dar nos centros mais avançados, notadamente nos Estados Unidos, países como o Brasil, face à amplitude de seu parque produtivo, teriam de ter alguns poucos núcleos de excelência capazes de adequar os pacotes tecnológicos à realidade local e, também, para formar parte da elite dirigente e produzir conhecimento necessário ao controle social, o que já está acontecendo em alguns centros universitários (1998, p. 27).

Assim, o Ensino Superior deve ter atuação exclusiva do setor privado (os alunos de baixa renda, mas que forem "competentes", destinam-se bolsas de estudo). Ainda para esse nível de ensino, o Banco incentiva a educação a distância e em serviço: "Este é o mapa das ideias que institui um verdadeiro *apartheid* educacional planetário, sob a batuta do Banco Mundial [...] o ministério mundial da educação dos países periféricos" (LEHER, 1998, pp. 29 e 19).

A CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA DA SILVA

Bem, em relação à visão do Banco Mundial acerca do ensino superior público na periferia do capitalismo, algumas estratégias[iv] são traçadas pelo referido organismo internacional:

1) Diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos cursos: criação de instituições não universitárias, onde o custo anual por aluno é menor.

No tocante à educação brasileira, tivemos nos anos 1990 (governo FHC), essa máxima expressada na ótica neoliberal de quebra do modelo universitário baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão e a diferenciação das IES, assim classificadas na nossa LDB/96 – Universidades, Centros Universitários, Faculdades Isoladas, Faculdades Integradas e Institutos Superiores de Educação.

O referido tripé está assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém, de acordo com o Banco Mundial e os elaboradores das propostas de reforma do ensino superior no Brasil, esse modelo é oneroso e improdutivo demais para um país de capitalismo atrasado.

Saviani (2007), afirma que os centros universitários, são de fato, "uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa [...] a fórmula encontrada para burlar o artigo 207 da Constituição Federal" (p. 18), já que seriam uma espécie de "universidade de ensino".

2) Diversificação das fontes de financiamento das IES públicas: a defesa da não exclusividade do financiamento público e da consequente maior participação de fundos privados no ensino superior.

E algumas seriam as maneiras de se colocar isso em prática: participação dos estudantes nos gastos por meio do pagamento de matrículas e mensalidades e arrecadação de fundos de ex-alunos, através de doações desses e de empresas privadas.

3) Como consequência direta da segunda estratégia, teríamos a *retirada do setor público da exclusiva responsabilidade de financiamento e manutenção das IES públicas*, por meio de uma maior autonomia administrativa dessas instituições ou "autonomia financeira" para captar recursos extras, públicos ou privados.

4) Política de qualidade do ensino e da pesquisa em todas as IES (públicas ou privadas), no sentido de que toda a pesquisa realizada nessas instituições deve ser direcionada aos interesses do capital.

Essa política do Banco Mundial para as IES reflete sua concepção de ensino superior como educação "terciária", de cursos "pós-médios" ou pós-secundários", cuja principal característica é a curta duração. Tal educação terciária é tida como flexível, diversificada e eficaz, porque deve estar ajustada às necessidades da atual sociedade do conhecimento, totalmente atrelada às exigências do sistema do capital.

No caso brasileiro, ainda na gestão de FHC houve uma importante medida com a intenção de colocar em prática as orientações do Banco Mundial para a política de ensino superior: a transformação das universidades em organizações sociais, as quais seriam regidas por contratos de gestão. Tal fato veio em decorrência da criação de um núcleo de serviços

federais não exclusivos do Estado: universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa e museus.

A lógica que permeia tais organizações é a empresarial, onde apenas parte do financiamento é público e a outra parte é privada, sendo esta adquirida mediante contribuições ou vendas de serviços ao mercado. Trata-se da noção de setor público não estatal (como as Ong's), de espaço entre o Estado e o mercado (o chamado 3º Setor). Dotada de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, a fundação estatal é regida por regras do direito privado, sem, contudo, se basear no modelo competitivo da busca pelo lucro. O modelo é próprio para a atuação do Estado em áreas que não lhe são exclusivas, como a saúde, educação, cultura, esporte, assistência social etc.

Na sequência de todo esse contexto, o governo Lula inicia o processo de contrarreforma universitária, envolvendo Medidas Provisórias e Decretos que foram implantados desde o início da referida gestão, como salienta Otranto (2006):

> A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou, oficialmente, o seu curso com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)[v] encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) [...] O documento é composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da reforma universitária. O texto inicia reconhecendo a situação de crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, mas atribui o problema à crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem [...] (p.43).

Conforme análise do próprio GTI, a referida crise não se restringia somente às IFES, mas também às IES particulares, que após grande expansão na gestão de FHC, encontravam-se ameaçadas pela inadimplência:

O governo Lula não envidou esforços para a consecução das reformas que elencou como prioritárias para o país [...] Na "reforma" universitária aliou-se a burguesia de serviços que, não satisfeita com os seus vultosos lucros reivindicava mais recursos públicos para sair do impasse em que estava e foi plenamente atendida pelo governo (FERREIRA, 2011, p. 12, grifo do autor).

Ou seja, por trás de uma enorme campanha publicitária e da retórica da democratização do acesso à educação superior, se esconde, na verdade, um plano de privatização gradual das IES públicas e de vantagens aos empresários do ensino privado.

Sob o discurso de envolver o conjunto da sociedade na construção desse processo, o referido governo pegou reivindicações antigas, dentre elas: maior acesso ao ensino superior, ensino gratuito e de qualidade, sistema de avaliação que apontasse erros e soluções, maior assistência estudantil. Porém, converteu seu real sentido nos interesses do capital financeiro, sendo necessário observar que tal política do governo federal é praticada com a conivência de classes dominantes locais.

O ministro Tarso Genro apontou três dimensões centrais ao projeto de reforma do ensino superior brasileiro, a saber: avaliação, autonomia e financiamento. Sendo assim: "As diretrizes que definem a Reforma Universitária no Brasil devem ser tomadas como um elemento de discussão a de implantação definitiva da reforma, pois só pode ser entendidos [sic] tendo em vista a tramitação das Parcerias Público-Privado (PPP's), a da Lei de Inovação Tecnológica, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/CONAES) e o ProUni já implantados [...]" (MENDES SEGUNDO, s/d, p. 8).

Além das medidas apontadas acima, há também o Decreto de Fundações, os Contratos de Gestão, a Autonomia Financeira das IFES, a Educação a Distância (EAD), a Universidade Nova e o REUNI, como demais elementos da contrarreforma universitária[vi] do governo Lula.

Das medidas citadas, ProUni e REUNI estão inseridos no quadro das políticas públicas relacionadas à "democratização" do acesso à educação superior. Com o ProUni, o governo federal vem salvando as instituições privadas por meio da compra de suas vagas ociosas e com o REUNI, vem conseguindo expandir o acesso ao ensino superior público a baixo custo.

A ATUAL POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: ProUni E REUNI

Para resolver o problema da inserção dos jovens no ensino superior e a alta taxa de ociosidade[vii] nas instituições de ensino privadas, o MEC apostou como solução, a criação de vagas públicas em faculdades privadas, com ou sem fins lucrativos (filantrópicas, comunitárias ou confessionais). Para tanto, serão dispensadas as contribuições tributárias de todas aquelas instituições que queiram *vender* suas vagas ao governo federal (SANTOS; SANTOS, 2005).

É dessa forma que o ProUni oferece bolsas integrais ou parciais (50% ou 25%) para estudantes (de graduação ou cursos sequenciais) de baixa renda comprovada e histórico de formação básica em escola pública. No geral, as instituições privadas que aderem ao programa devem oferecer 8,5% de suas vagas para os contemplados (nas filantrópicas este

índice é de 10%), mas trata-se de vagas já estimativamente ociosas (de inúmeros alunos que não conseguem concluir seus cursos devido às altas mensalidades). Em troca da isenção de parcela significativa de seus impostos[viii] as referidas instituições reservarão 8,5 % de suas vagas de acesso para bolsas, sendo que apenas 4,5 % delas precisam ser integrais e em contrapartida, terão completa isenção dos tributos federais.

Portanto, o grande beneficiário das bolsas do propagado programa é o setor de ensino superior com fins lucrativos (294.365 bolsas, o que equivale a 49%), uma vez que essas empresas são isentas de vários impostos e a previsão da renúncia fiscal é de cerca de R$ 3 bilhões por ano (somando o ProUni com o FIES[ix]). Trata-se da transferência de recurso do fundo público para o setor privado, por meio da já citada isenção fiscal.

O que está acontecendo na prática é que o governo está salvando as instituições privadas, mediante a compra de suas vagas ociosas. O maior prejuízo fica para os estudantes bolsistas que se formam (pelo menos os que não desistem durante o curso) em “escolões” de 3º grau de qualidade questionável, sem pesquisa nem extensão (apenas ensino), em cursos sequenciais ou tecnológicos de curta duração, em sua maioria.

Com as verbas que se deixa de arrecadar de tais universidades seria possível aumentar consideravelmente as vagas do ensino público, com o diferencial importante para parcelas pobres da população que é a assistência estudantil. O que temos é a prática que se viu consolidada ao longo de todas as iniciativas do governo Lula no campo da educação: a confusão entre o público e o privado e a própria privatização do setor público.

Com relação ao REUNI[x], sua meta é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90% e da relação de 18 alunos (graduação presencial) por professor, ao final de cinco anos. Para as universidades que aderiram[xi] ao programa, o acréscimo de alunos ingressos deverá ser de no mínimo 20%, já o aumento de recursos ficou limitado entre 10 e 20% das despesas de custeio e pessoal (também num período de cinco anos) e ainda, condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC; já o investimento previsto para o referido período é de apenas 2,07 bilhões de reais - recursos já insuficientes, principalmente porque o montante do financiamento dos quatro anos de REUNI (2007-2011) já foi comprometido nos dois primeiros anos.

Em seu artigo 1º, o Decreto nº 6.096/07 indica que o REUNI[xii] visa essencialmente “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Ora, com isso, o governo reduzirá os custos das matrículas na ordem de 46% de seu valor efetivo, economizando cerca de 54% sobre a referida estrutura de ‘recursos humanos existentes’ (JORNAL DO FÓRUM, 2011, p. 4).

São vários os objetivos do REUNI: redução de custo por aluno; reestruturação acadêmica e pedagógica; combate à evasão; ampliação da oferta; aumento da relação professor/aluno; ampliação da mobilidade estudantil[xiii]; o aumento das cotas e ações afirmativas para alunos negros e carentes; aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos já existentes; financiamento condicionado às metas e resultados apontados no sistema de avaliação.

No que se refere à meta de 90% para a conclusão média de cursos, com a tal exigência, o projeto pode resultar numa política de "aprovação automática", desvinculada de critérios de qualidade. Apenas comparando com nações desenvolvidas, tem-se que a taxa média de conclusão nos EUA é de 54% e na Europa é de 71%.

Em relação ao acréscimo de recursos limitado a 20%, condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC e tendo o montante do financiamento sido comprometido nos dois primeiros anos do período previsto, o que acontecerá com as IES que já ampliaram suas vagas com a abertura de novos cursos ou cursos noturnos?

Além disso, a ampliação das matrículas para atingir a meta de 18 alunos por cada professor, praticamente dobra a recente ordem nas IFES que era de 10/1, sem que haja contratação adicional correspondente de professores, conforme constata Silva Júnior et al (2010):

As matrículas na graduação em universidades públicas cresceram, entre 1995 e 2004, 71%. Na região Sudeste este aumento foi de 44%, acompanhado de uma ampliação de docentes em dedicação exclusiva de 23 mil para 26 mil, o que significa aproximadamente 15% (p. 121).

Vale ressaltar que essa relação estudante/professor não leva em consideração o trabalho desenvolvido pelo docente em atividades de pesquisa/extensão, nem em pós-graduação; o que provavelmente levará a um ensino dito superior, massificado e sem qualidade, intensificando ainda mais o processo de precarização do trabalho docente nas IES públicas.

Percebe-se, então, a lógica privatista e precarizada do REUNI, com o rebaixamento da qualidade no ensino[xiv] superior público (traduzido numa aparente expansão pela via pública), uma vez que o intuito é gastar menos para certificar um maior número de alunos:

> Formada por diversas políticas, das quais o REUNI é uma das maiores expressões, a abertura de novas vagas na Educação superior brasileira é, ao mesmo tempo, expansão da universidade e redução da qualidade. Nesses termos, a alardeada busca por eficiência nas Instituições Públicas de Ensino

> Superior significa encher as salas de aula, sobrecarregar professores e técnicos, e, desse modo, reduzir a qualidade da formação oferecida pelas universidades, atacando principalmente as já incipientes pesquisa e extensão (ESPAÇO SOCIALISTA, 2012, p. 4).

Não é difícil presumir que apesar da oferta no ensino superior (de instituições, cursos e vagas) ser maior no setor privado, considerando as condições sócio-econômicas da população brasileira, a demanda maior por vagas concentra-se no setor público (cuja oferta é bem menor).

Vários são os fatores que contribuíram de forma decisiva para a expansão da mercantilização do ensino superior no Brasil, dentre eles:

> A liberalização e a desregulamentação desse setor, com a flexibilização das regras para abertura de cursos e novas instituições, as isenções tributárias, as bolsas de estudos para alunos carentes, por meio do programa do Crédito Educativo, hoje transformado no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), os empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o PROUNI, entre outras formas de estímulo [...] (CHAVES, 2010, p. 490).

É perceptível o quanto as medidas do REUNI e do ProUni cumprem um pacto mundial de privatização da educação superior brasileira, sob o jugo do Banco Mundial, este, com a verdadeira intenção de atender a retomada da taxa de lucro e da reprodução ampliada do capital.

A INTERIORIZAÇÃO DAS IFES

Ainda no que se refere à expansão, antes mesmo do REUNI, a partir de 2005[xv], se inicia o processo de interiorização das IFES. Mas em vários *campi* abertos (alguns de instituições já existentes e outros novos), o que se verifica é o aumento significativo do número de alunos matriculados nas IFES sem que tenha havido ampliação correspondente na estrutura física e no corpo docente e técnico-administrativo.

Uma reportagem[xvi] na Folha de São Paulo em 2007 (ano em que o REUNI foi implantado) relata alguns dos problemas que já no seu início, o processo de expansão das federais via interiorização, trouxe consigo.

Um desses exemplos está no curso de Farmácia num *campus* de Vitória da Conquista (Bahia), em que alunos usam vidros vazios de maionese para realizarem experimentos, e no

curso de Ciência da Computação, em *campus* da Unifesp no Vale do Paraíba (São José dos Campos), que pode ser encerrado, por falta de computadores.

A falta de sedes próprias deixa aproximadamente 13 mil alunos em unidades improvisadas (alugadas ou emprestadas), muitas vezes, sem laboratórios ou sem equipamentos ou até mesmo sem espaço para todos os alunos.

A reportagem afirma que de acordo com a ANDIFES[xvii], um dos motivos para essa falta de estrutura foi o pouco tempo gasto no planejamento: muitos projetos foram desenvolvidos em período de 30 ou 60 dias. Já o então secretário de Educação Superior, Ronaldo Mota, reconhece existir problemas, mas diz que eles não são mais importantes que as conquistas do 'projeto ousado' do governo.

Segundo reportagem da Revista Época[xviii], em oito anos da gestão de Lula, foram anunciadas 14 universidades[xix], 125 campi novos e criadas mais de 80 mil vagas, 70% de aumento em relação a 2003 (depois de J. Kubitschek, o ex-presidente Lula da Silva foi o que mais expandiu o acesso às IFES no Brasil):

Os números e as imagens foram largamente propagandeados na campanha eleitoral da presidenta Dilma Rousseff, em 2010. Foram citados também no último pronunciamento à nação, quando Lula se despediu em cadeia nacional no rádio e na TV com um discurso de balanço do governo.

Infelizmente, vários são os exemplos da interiorização pelo país que comprovam a operação do 'milagre' da multiplicação: a expansão foi feita na base do improviso, seguindo mais o ritmo da política do que o da educação, onde "das 88 mil vagas criadas ao longo dos oito anos de governo, 46 mil foram abertas em 2009 – um ano antes das eleições presidenciais".

Como a própria reportagem nos traz, o caso que mais chama a atenção é o da Unifesp de Osasco (em São Paulo), onde em abril de 2008, o então presidente Lula foi lançar a pedra fundamental do novo *campus,* sendo motivo de propaganda política. As aulas apenas começaram três anos depois e num prédio de uma faculdade municipal que foi desalojada pela Prefeitura da cidade para esse fim, já que o terreno onde foi lançada a pedra fundamental esteve abandonado todo esse tempo. Um detalhe importante: dos quatro cursos da Unifesp de Osasco, três já eram oferecidos pela faculdade municipal.

O então reitor da Unifesp foi claro com relação aos motivos da criação daquela unidade: "a abertura do campus de Osasco tem origem em uma demanda política [...] a decisão surgiu de um entendimento do prefeito de Osasco com o então presidente da República e o ministro da Educação".

Um outro caso de uso de uma faculdade municipal se deu em Joinville, onde se instalou um novo *campus* da UFSC (Santa Catarina), havendo mais exemplos de descaso: no litoral do Rio de janeiro, estudantes assistem aulas em contêineres e no Pará, no espaço de eventos de um hotel.

Inúmeros são os casos em que prefeituras cederam suas escolas municipais para os novos *campi,* sendo a solução mais comum, o aluguel de espaços privados. Os universitários da Unifesp de Guarulhos (São Paulo) dividem espaço com alunos (de 6 a 11 anos) em um CEU (Centro de Educação Unificado).

Ainda em relação à falta de espaços adequados na Unifesp, no *campus* de Santos, o curso de Educação Física já formou duas turmas, sem ter um complexo esportivo próprio: os estudantes usam clubes conveniados para as atividades físicas.

Além da falta de prédios para as novas sedes, um outro grave problema é quanto aos cursos que necessitam de laboratórios. Os alunos do curso de engenharia do petróleo da UFES (Espírito Santo), estão se formando sem nunca terem estado em um, já que mesmo depois de construídos, alguns deles não possuem equipamentos. No campus da UFES em São Matheus, os alunos do curso de Farmácia não têm laboratório de farmacologia nem farmácia-escola. Além disso, uma prática que lá já se tornou comum foi a de "aulões", quando três turmas ou mais assistem a mesma aula para 'aproveitar' o professor.

Os referidos "aulões" já começam a ser reflexo de um modelo incentivado para os novos cursos, que é o do ciclo básico: estudantes de cursos diferentes, em salas com 100 a 200 alunos, assistem as mesmas disciplinas nos dois primeiros anos. Tal situação reduz a necessidade de contratação de professores.

Seguindo essa mesma lógica, a UFOPA de Santarém (Pará) criou um curso de graduação "dois em um" para formar professores da educação básica em matemática/física e história/geografia.

Por enquanto, o governo federal alardeia os números do aumento do ingresso nas universidades. As consequências da falta de planejamento podem aparecer no futuro. Uma delas está relacionada aos futuros formandos dos novos cursos: alguns com deficiência de formação, outros com especialização em áreas para as quais não há demanda no mercado de trabalho. Outro problema poderá ser a continuidade do financiamento da expansão. O Reuni prevê investimentos apenas até 2012. Depois disso, o orçamento poderá voltar a cair.

De acordo com a reportagem, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, apesar de procurado, não respondeu aos pedidos de entrevista, dizendo apenas por meio de sua assessoria, que os problemas são naturais de um processo que está no início.

No nordeste brasileiro, vários foram os *campi* abertos após iniciado o processo de interiorização. Um exemplo é o *Campus* Arapiraca (UFAL, Estado de Alagoas), inaugurado em 16 de setembro de 2006:

> A semelhança entre o Projeto de Interiorização da UFAL,"Uma expansão necessária", de 2005, e o Decreto de criação do Reuni, em 2007, não é mera coincidência. Em afinadíssima sintonia com os princípios da reestruturação universitária encabeçada pelo MEC a serviço do grande capital, a UFAL, defendia, já naquela data, a construção de um projeto acadêmico e administrativo "inovador" e "flexível". Foi com esse espírito que a implantação do *Campus* Arapiraca assumiu a forma de um *laboratório* da expansão da universidade pública de baixo custo, de conteúdo rebaixado e sem compromisso com a construção do conhecimento científico que, em seguida, deveria ser estendida ao *campus* da capital (JORNAL DO FÓRUM, 2011, p. 2, grifos do autor).

Entre os vários problemas de falta de espaço adequado, de complexo esportivo para o curso de Educação Física, de laboratórios para vários cursos, além de recursos materiais e humanos, a permanência do aluno e a redução da evasão não estão asseguradas, por conta da ausência de políticas de assistência estudantil: há quase seis anos, o *campus* funciona sem residência e restaurante universitários.

Em recente entrevista[xx], a então presidente do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior) Marina Barbosa Pinto fala sobre o REUNI e a polêmica MP 525[xxi]:

> Quando o governo propõe a expansão, ele propõe um conjunto de metas que devem ser cumpridas e são estabelecidas de fora para dentro – e esse conjunto de metas cria um constrangimento interno por elas definirem a possibilidade de recurso. Então, na verdade as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se sentiram amarradas nesse processo com a perspectiva de querer crescer, de saber que isso era necessário, mas sabendo que a possibilidade desse crescimento estava posta em um projeto que não dizia respeito à autonomia universitária. Um projeto colocado de fora para dentro.

O processo de expansão e o REUNI apresentaram debilidades desde o início: os recursos não proporcionavam o crescimento previsto e a possibilidade efetiva de construções e infraestrutura não estava colocada de acordo com as metas.

Em relação à MP 525, quando o governo suspende os concursos públicos docentes e diz que o número de substitutos pode ser aumentado, está dando continuidade a uma prática que vem se arrastando desde FHC, nas IFES já existentes, optando por gerar mais crise, ao invés de estar gerindo a crise:

> Porque, na verdade, o que vai ser colocado é um processo de precarização do trabalho docente, que vai gerar uma precarização do ensino, da pesquisa e da extensão. Porque, por natureza, a contratação desses professores é precária. São professores que ficam um ano, podendo ficar mais um ano, e não há um envolvimento efetivo desses docentes com o projeto estabelecido pela instituição [...] Porque também não está claro como vai ser o financiamento dessa contratação. Vai sair do orçamento de custeio das IFES? De uma verba específica para a crise? De onde sai esse recurso? Porque se sair do orçamento das universidades, se arrebenta todo ele, pois não estava previsto tamanho número de concursos para substitutos.

A diminuição dos custos com a educação tem sido implementada de forma estratégica pela mediação de mecanismos que neutraliza o processo de mobilização das massas, deixando os movimentos estudantil, docente e técnico-administrativo isolados da sociedade, que não entende o quanto a lógica da expansão de vagas nas IFES está articulada ao processo de expansão do capital.

> Portanto, a concepção de Educação que vem sendo desenvolvida é a de uma universidade extremamente precária que faz prevalecer o ensino (já um tanto degradado) sobre a pesquisa e a extensão, ataca aquilo que é o tripé de uma Educação de qualidade. Por consequência, as universidades transformam-se progressivamente em verdadeiros escolões, trazendo consigo uma privatização levemente mascarada das universidades públicas e fortalecendo as privadas (ESPAÇO SOCIALISTA, 2012, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os campi mais antigos não estejam em situação muito diferente, os campi fruto da interiorização são os que mais têm sofrido com o processo de expansão sem a devida qualidade na garantia do acesso, da permanência com sucesso e da excelência socialmente referenciada.

Assim, os problemas presentes nos *campi* do interior não são simples reflexo de ‘falhas’ nas gestões administrativas das IFES, pois, em última instância, a interiorização irresponsável constitui-se no modo necessário de se ampliar o ensino superior a baixo custo.

Fora do Brasil, um grande exemplo de resistência aos princípios neoliberais de eximir o Estado da responsabilidade com a educação pública, gratuita e de qualidade é o movimento estudantil no Chile. A tendência é que num futuro não muito distante, os estudantes do ensino público brasileiro se deparem com tal situação (já em andamento), caso não se trave urgentemente a luta pela garantia de uma educação igualitária, laica, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade,** vol. 31, n. 111, abril-junho 2010, pp. 481-500.

DEMOCRATIZAÇÃO do ensino superior ou expansão de uma universidade precarizada? **Jornal do Fórum** em Defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade da UFAL. Ano 1, n. 0, novembro de 2011.

FERREIRA, Emmanuel Lima. A reforma da educação superior do governo Lula da Silva. In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, **Anais Educação Marxismo e Emancipação Humana.** Florianópolis-SC, abril de 2011, CD-ROM.

GREVE nas universidades federais: por um projeto diferente de universidade. **Jornal Espaço Socialista.** Publicação Revolucionária Marxista de Debates. Ano XI, n. 51, junho de 2012

LEHER, R. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro,** n. 3, São Paulo, 1998, pp. 19-30.

MENDES SEGUNDO, M. das D. Fundo público e a reforma do Estado brasileiro: a problemática da educação superior. **V Encuentro Nacional y Ii Latinoamericano la Universidad como Objeto de Investigación.** Buenos Aires-Argentina. ISBN 978-959-658-187-9.

OTRANTO, Célia Regina. Reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Orgs.) **Reforma universitária:** dimensões e perspectivas. São Paulo: Alínea, 2006.

QUEIROZ, Viviane de. As políticas do Banco Mundial para a educação superior na América Latina: diversificação das IES e dos cursos e diversificação das fontes de financiamento. In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, **Anais Educação Marxismo e Emancipação Humana.** Florianópolis-SC, abril de 2011, CD-ROM.

SANTOS, D; SANTOS, L. A reforma universitária do governo Lula: continuidade ou ruptura com o projeto neoliberal? **II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Mundialização e Estados Nacionais**. São Luís-Maranhão, 23 a 26 de agosto de 2005.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB:** por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Orgs.) **Educação Superior no Brasil:** tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010.

[i] Mestra em Educação Brasileira pela UFAL. Pesquisadora nos Grupos de Estudos e Pesquisas *Educação, Marxismo e Ontologia (UFAL-Campus Arapiraca)* e *Trabalho, Educação e Luta de Classes (UECE).* Professora do Núcleo Pedagógico nos Cursos de Licenciatura da UFAL-Campus Arapiraca. E-mail: aline_nomeriano@hotmail.com.

[ii] Mestra em Educação Brasileira pela UFAL. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas *Educação, Marxismo e Ontologia (*UFAL-Campus Arapiraca). Professora do Núcleo Pedagógico nos Cursos de Licenciatura da UFAL-Campus Arapiraca. E-mail: sissilessa@uol.com.br.

[iii] Mestra em Educação pela UFPR. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas *Educação, Marxismo e Ontologia (*UFAL-Campus Arapiraca). Professora do Núcleo Pedagógico nos Cursos de Licenciatura da UFAL-Campus Arapiraca. E-mail: sandradavanco_uem@hotmail.com.

[iv] Tais estratégias estão contidas no documento do Banco Mundial, "La enseñanza superior: las lecciones derivadas de La experiência", 1994. Disponível em: http://www.bancomundial.org.br. Acesso em junho de 2011.

[v] Formado por seis ministérios - Educação, Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Secretaria Geral da Presidência - o GTI foi instituído pelo então Ministro da Educação, Tarso Genro (substituto de Cristóvão Buarque, o primeiro ministro da referida pasta no governo Lula).

[vi] Como sugestão de leitura a respeito, indicamos a tese: Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal – de FHC a LULA (2005), de Kátia Regina de S. Lima.

[vii] É cada vez mais crescente o percentual de vagas ociosas e/ou inadimplência: entre 30 e 35% das vagas.

[viii] Os impostos que deixarão de ser cobrados são: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido-CSLL; Programa de Integração Social-PIS; e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS (BRASIL/MEC, 2004).

[ix] Financiamento Estudantil - Programa que concede financiamento a universitários regularmente matriculados em instituições de ensino superior privadas.

[x] O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que prevê o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Disponível em http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28.

[xi] Com o REUNI, ficou determinado que apenas as universidades que apresentassem um plano de expansão ao Ministério da Educação teriam mais verbas para investimento. Entre o primeiro e o último ano do governo Lula, os investimentos em ensino superior foram de R$ 10 bilhões para R$ 17 bilhões. "Ou você estava dentro ou estava fora. Quem ia perder uma oportunidade dessa?", diz o vice-reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, Reinaldo Centoducatte. Na criação do Reuni, todas as federais aderiram. A exceção foi a Universidade Federal do ABC, criada em São Bernardo do Campo, cidade de Lula, que tem plano de investimento próprio (REVISTA ÉPOCA).

[xii] Sugestão de leitura sobre o REUNI: recente entrevista (2011) de Kátia Lima (UFF) à Revista Caros Amigos.

[xiii] Os regimes curriculares possibilitam a construção de itinerários formativos mediante aproveitamento de créditos e a circulação dos estudantes entre instituições.

[xiv] Receamos que venha a se experimentar políticas de flexibilização para a aprovação dos alunos, mediante a já praticada flexibilização dos currículos e das avaliações.

[xv] No final de 2005 foram criadas cerca de 18 mil vagas, elevando em quase 15% o número de vagas oferecidas em 2004.

[xvi] "Federais ampliam suas vagas, mas alunos ficam sem estrutura", Folha de São Paulo, 15/07/07.

[xvii] Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

[xviii] Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/revista/epoca/0,,emi204422-15223,00-cade+a+universidade+anunciada+aqui.html. Acesso em 19/01/12.

[xix] Das 14 novas universidades anunciadas na campanha eleitoral, apenas quatro são realmente novas. As outras dez eram Polos de instituições já existentes que ganharam reitoria própria.

[xx] "ANDES diz que problemas da expansão estão 'explodindo'", SEDUFSM, Porto Alegre, 20/04/2011.

[xxi] A MP nº 525 corta a possibilidade de concursos públicos, suspende a contratação dos já realizados (o que é inconstitucional), autorizando a contratação de professores substitutos para suprir as vagas do REUNI.